

Brasil não fiscaliza empréstimo externo

■ Relatório comprova que há falta de controle sobre os financiamentos concedidos pelo Banco Mundial

JANES ROCHA

BRASÍLIA – A sociedade e o Congresso não têm controle ou fiscalização sobre o uso dos empréstimos contraídos pelo governo no exterior. Isso está comprovado em relatório sobre financiamentos externos, distribuído durante audiência pública na Câmara dos Deputados, no início do mês, promovida pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Produzido pela Rede Brasil, que articula as atividades de 42 organizações não-governamentais, movimentos sociais e sindicatos, o relatório, intitulado *Projeto de monitoramento do Grupo Banco Mundial no Brasil*, analisa quatro projetos financiados pela instituição no país. Baseado no trabalho de 17 pesquisadores, o relatório demonstra que não existe acompanhamento do andamento ou dos resultados dos projetos pelo Congresso. Por isso, nem sempre os empréstimos prestam o serviço que deveriam à sociedade, diz o secretário-executivo da Rede Brasil, Aurélio Viana.

O relatório também identifica violações trabalhistas, sociais e dos próprios contratos feitos pelos tomadores públicos e privados de empréstimos internacionais. Durante um ano, os pesquisadores contratados pelas organizações levantaram os resultados dos projetos públicos Reforsus, Prosanear (em Belém, no Pará), reforma do Estado do Rio Grande do Sul e uma iniciativa privada, da Sadia Concórdia, pertencente ao grupo privado Sadia S/A, financiado pela Corporação Financeira Internacional (CFI), órgão do Banco Mundial voltado para empreendimentos privados.

Encontro – Se a falta de controle prejudicasse só o Brasil não causaria surpresa. Mas foi o Congresso americano que chegou a essa conclusão e agora está tentando se unir a outros Parlamentos para mudar o quadro. O deputado democrata Barney Frank, de Massachusetts (EUA), convidou o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, deputado Paulo Bernardo (PT-PR) para participar de um grande encontro de parlamentares de vários países no ano que vem para discutir as responsabilidades das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A emissária do convite foi Jo Marie Griesgraber, diretora do movimento Repensando Bretton Woods, de Washington, que esteve em Brasília para participar da audiência pública. “Estamos aqui pedindo ajuda ao Brasil, que é um membro poderoso do FMI, Bird e BID”, disse Griesgraber. Frank é o deputado do Repensando Bretton Woods, a principal de uma rede de organizações não-governamentais que unem especialistas e pessoas comuns interessadas em rever o papel das instituições criadas pelo acordo assinado em 1944 na Conferência de Bretton Woods.

De acordo com um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apresentado na audiência pública, até 31 de dezembro de 1997 o Ministério do Planejamento, que detém o controle das negociações financeiras internacionais, tinha um estoque de 86 projetos aprovados e em execução no valor to-

tal de US\$ 23,9 bilhões, sendo US\$ 13 bilhões financiados por organismos multilaterais, principalmente Bird e BID, além de outros organismos ou agências oficiais estrangeiras. O país recebeu US\$ 2,793 bilhões em empréstimos e gastou US\$ 2,073 bilhões com o pagamento de encargos (juros, taxas de permanência, multas por atraso etc.), sem contar o principal da dívida que eleva este valor para US\$ 4 bilhões. O valor recebido no ano passado, lembra Bernardo, corresponde a 1% do Orçamento Geral da União e a um terço dos investimentos públicos. “O Congresso tem que ter controle sobre isso”, diz Paulo Bernardo.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados quer aumentar o controle sobre os empréstimos externos contraídos pelo governo. Segundo o presidente da comissão, hoje o Congresso é meramente autorizador dos empréstimos, não tem como discuti-los ou alterá-los. “Os empréstimos entram na lei orçamentária, mas a contrapartida (uma parte normalmente equivalente ao empréstimo que o governo tem obrigatoriamente que aportar) e os juros não podem ser alterados, apenas aprovados ou não.” Para Griesgraber, os congressos dos países-membros dos organismos multilaterais de financiamento poderiam fazer muito mais em termos de acompanhamento das decisões, especialmente o Brasil. “No BID, três países – Brasil, Argentina e México – representam perto de 51% do portfólio de empréstimos do banco. Só o Brasil tem 10% do capital do Banco Mundial”, disse a executiva para demonstrar o poder do país naquelas instituições.

Participação – “O diretor-executivo para o Brasil no FMI (Alexandre Kafka) é o que serve há mais tempo no *board* do Fundo. Ao mesmo tempo em que não se sabe o que sai dos encontros do *board* do FMI, além das decisões formais, aparentemente o diretor-executivo para seu país fala frequentemente em nome dos maiores países do Cone Sul. O Congresso brasileiro sabe o que ele está dizendo ou fazendo?”, questiona Griesgraber. Estes organismos multilaterais de financiamento têm colocado como imposição em seus empréstimos maior participação das comunidades servidas no acompanhamento e fiscalização dos projetos. “Mas a comunidade não tem acesso a informações”, afirma Bernardo.

A razão para a falta de comunicação com a sociedade está nas regras que regem aqueles órgãos, explica o diretor do Banco Mundial no Brasil, Gobind Nankani. “Os acordos que criaram o Banco Mundial definem que seu relacionamento é com o poder executivo dos países membros. Nós não podemos fazer nada com o Congresso nem podemos ter atividades políticas”, explica Nankani. Isso significa que o poder executivo controla toda a informação sobre os projetos e os indicadores econômicos do país e, obviamente, divulga o que é de seu interesse. “Temos uma política de abertura de todas as informações, todos os relatórios, mas alguns documentos são confidenciais. Se a sociedade civil solicita informações e o governo nega, temos uma política de chegar a um consenso com o governo”, garante Nankani.

Brasília – Josemar Gonçalves



Nankani, do Banco Mundial, reconhece que alguns documentos são confidenciais

Brasília – Carlos Eduardo



Jo Marie Griesgraber diz que “só o Brasil tem 10% do capital do Banco Mundial”